Francisco José Calazans Falcon
Livre-docente da Universidade Federal Fluminense, professor da Universidade Salgado de Oliveira.

Chegada da corte - 200 anos

Romantismo e cientificismo

Este artigo analisa a historiografia brasileira, de começos do século XIX até os arredores de 1930, do ponto de vista das narrativas que ajudaram a construir uma certa imagem da vinda do príncipe d. João à testa da corte portuguesa, em 1808, principalmente os textos produzidos por F. A. Varnhagen, J. Capistrano de Abreu e M. de Oliveira Lima.
Palavras-chave: celebração; memória; Rio de Janeiro joanino; chegada da família real; abertura dos portos.

The present article analyses Brazilian historiography, from the early nineteenth century through the 1930's. It does so taking the narratives that contributed to build up a specific image of prince João's arrival as the head of the Portuguese court back in 1808 as major standpoint. The writings of F. A. Varnhagen, J. Capistrano de Abreu e M. de Oliveira Lima were the main concern of this work.
Keywords: celebration; memory; joanin Rio de Janeiro; arrival of royal family; opening of Brazil's ports to foreign trade.

Introdução

O ano de 2008 situa-se em nosso horizonte de expectativas como signo de um acontecimento histórico fundador cuja comemoração se constitui em exigência que é ao mesmo tempo histórica e memorialista: os duzentos anos da chegada da família real portuguesa e da respectiva corte ao território da América portuguesa, sob a chefia do então príncipe regente d. João e de sua mãe, a rainha d. Maria I. Enquanto comemoração, nela es-

tão associadas a História e a Memória, não como coisas separadas mas, sim, entrelaçadas.

Muito já se escreveu e com certeza muito ainda será escrito sobre a "transferência da corte portuguesa para o Brasil", tradicionalmente denominada, de maneira um tanto rebarbativa, convenhamos, de "transmigração da família real portuguesa" para seus domínios na América. Tal como ocorreu em 1908, quando as comemorações sublinharam principalmente o "Centenário da Abertura dos Portos", muito se irá discutir acerca das interpretações propostas para os acontecimentos de 1808, em especial sobre o sentido que se lhes deve atribuir numa perspectiva de longo prazo da história do Brasil e também, por que não, para a história de Portugal.

No final do mês de janeiro de 1808, na cidade do Salvador, onde havia aportado uma parte da frota lusa, exatamente aquela que conduzia o príncipe d. João, foi publicado o decreto de "abertura dos portos do Brasil às nações amigas", fato este associado por muito tempo à inteligência, conhecimentos de economia política e prestígio intelectual de José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu. Em anos mais recentes, uma crítica mais *realista* veio atribuir a decisão do príncipe d. João ao cumprimento de promessa constante do acordo com as autoridades britânicas antes da retirada de Lisboa, numa interpretação que evidentemente desloca o próprio eixo da discussão acerca da *abertura dos portos*.

Em março do mesmo ano, já no Rio de Janeiro, onde chegou finalmente a seu término a viagem da corte lusitana, teve início a transformação da acanhada cidade-capital colonial na sede do que se pretendia viesse a ser um "novo e poderoso império". Situa-se aí a etapa inicial de um processo de múltiplas mudanças que, no seu conjunto, configuram a adaptação da monarquia absolutista lusa, agora estabelecida nos trópicos, às implicações do processo bastante complexo de *interiorização da metrópole* – principal conseqüência da travessia do Atlântico pela corte lisboeta.[1]

Chegada da corte e mudanças subseqüentes tendem a situar-se de um ou outro lado da linha divisória, um tanto precária e bastante nebulosa, que separaria os discursos históricos propriamente ditos das elucubrações ficcionais de um imaginário eminentemente popu-

VUE DE LA BELLE VILLE PRISE DE L'ÉGLISE DE N.D. DE LA GLOIRE.

Vista da cidade do Rio de Janeiro tomada da Igreja de N. S. da Glória.
Jean-Baptiste Debret, *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, 1834-1839

lar acerca de pessoas, fatos e circunstâncias. Em comum, apenas a própria ideologia comemorativa. Como evidências desta afirmação, encontram-se, de um lado, produções amplamente difundidas pela mídia nas quais se destacam as reconstituições de fatos e personagens, não raro em termos francamente caricatos, e, de outro, o significativo crescimento de trabalhos de historiadores cujo objeto de estudo e pesquisa é exatamente a transferência da corte lusa e suas conseqüências para o Brasil e Portugal, até, pelo menos, 1821-1822.

Não apenas o ano de 1808, é claro, mas tudo o que se lhe seguiu até o regresso do já então d. João VI a Portugal, em 1821, ou, se assim preferirmos, até o "Grito do Ipiranga", em 1822, constitui objeto de comemoração reivindicado simultaneamente pela História do Brasil e pela Memória Nacional. Na verdade, coube a esta última transformar o evento – a chegada de d. João às terras brasílicas e a sua presença aqui, até 1821 – num dos mais conhecidos dos "lugares de memória" de nossa *consciência coletiva*. Não tanto um lugar físico, ou material, mas uma representação simbólica.

Assim, ao longo de dois séculos contrapôs-se, ao realismo histórico, típico das visões historiadoras, uma outra visão, típica do imaginário coletivo, de natureza eminentemente simbólica. Cada uma dessas "visões" contém sua própria lógica – e sua verdade particular –, sendo necessário ao tratar de uma delas não perder de vista a outra, sobretudo quando expressam percepções distintas ou até mesmo opostas de um mesmo evento e de suas circunstâncias.

Compreende-se então que a comemoração deste segundo centenário dos acontecimentos de 1808 está a exigir de todos nós uma percepção razoavelmente crítica, tanto das diferenças como das relações entre a história e a memória, a fim de podermos melhor situar aí o lugar da comemoração. Segundo Pierre Nora, as comemorações expressam antes de tudo a(s) forma(s) de nos relacionarmos com o passado, embora nada acrescentem à compreensão do passado em si mesmo.[2]

Comemorar – entre memória e história

Comecemos por uma visita ao termo *comemoração*. Comemorar, na opinião de Ankersmit,[3] como *ato de lembrar alguma coisa*, sugere que *comemoração* significa um evento social e público. Assim, ao contrário do (re)lembrar, ou da lembrança, comemorar é lembrar junto, ao passo que o relembrar é antes de tudo um assunto privado. Torna-se então um tanto problemática a distinção estabelecida por Hobsbawm[4] entre o caráter privado e incerto da memória e o caráter público e verídico da história. Se a memória não é necessariamente privada, ela pode também participar da revelação pública da verdade. Nas origens do termo comemoração está o verbo latino *commemorare* – trazer à memória e, também, lembrar alguém de alguma coisa –, a meio cami-

nho, portanto, entre a memória propriamente dita e o seu objeto ou conteúdo, de um lado, e a ação de lembrar algo.

A comemoração apóia-se então na memória, mas esta última, segundo Halbwachs,[5] reduz-se a duas atitudes: a autobiográfica e a histórica, as quais se implicam reciprocamente. A memória possui assim uma dimensão subjetiva e outra social, ou, se preferirmos, há uma memória pública que coexiste com a memória privada. Catroga,[6] citando Ricoeur, sublinha que *recordar é em si mesmo um ato de alteridade*, quer dizer, a memória é um processo relacional e intersubjetivo. Mais importante, porém, é o fato de que a memória é uma construção seletiva do passado. Cada indivíduo retém de maneira afetiva uma parte de seu próprio passado. Todavia, se recordar é também esquecer, é compreensível que se tente preencher as lacunas da amnésia de modo a construir uma continuidade coerente. Daí, ainda segundo Catroga,[7] o caráter totalizador e teleológico da recordação, pois se trata de uma espécie de previsão ao contrário em que a história e a ficção se misturam. No limite, a evocação pode não se restringir a evocar o passado mas a desejar transformá-lo, ou seja, acabar o que ficou inacabado, como assinalou Walter Benjamin – é a consciência da dívida.[8]

Uma das características da memória é a de confundir a representação do passado com a realidade passada, cercando-se sempre que possível de elementos garantidores da fidelidade do narrado, "esquecendo-se do esquecido que ela mesma constrói". Assim, segundo Todorov,[9] quanto maior for a dimensão coletiva e histórica da memória, maior será a margem para a sua *invenção* e para o seu uso e abuso. Longe de ser a voz verdadeira do passado, a recordação é quem dá futuros ao passado, "numa atividade de re-presentificação que, se não for praticada, será devorada pela corrupção do tempo". Assim, para desempenhar a sua função social, a memória necessita das liturgias típicas das comemorações centradas nos traços-vestígios daquilo que já não mais existe – linguagem, imagens, relíquias, lugares, escrita, monumentos. Entende-se assim a lógica dos *lugares de memória* analisados por Pierre Nora – a associação indispensável da re-presentificação à espacialização.[10]

Do ponto de vista de Paul Ricoeur,[11] seria talvez excessivo afirmar, quer a existência de uma diferença radical, quer a de uma identidade entre memória e história. Trata-se aí, segundo ele, de uma "relação indecisa". A recordação e a historiografia, por intermédio da imaginação memorial e da imaginação histórica, constroem representações, ou re-presentificações, que interrogam os indícios e traços que ficaram do passado. Assim, se em termos ontológicos o acontecido já não mais existe, no campo das re-presentificações ele continua a ter futuro(s). A dialética entre a memória e o esquecimento também se acha presente na historiografia: daí a necessidade de muitas cautelas em re-

lação aos textos historiográficos, sobretudo quando se trata de testemunhos da memória, como vem a ser o caso na chamada *história oral.*

Desenvolvemos talvez um pouco além da conta a problemática das relações entre a memória e a história, pois, não apenas o nosso tema tem tudo a ver com ela, mas também o panorama atual da produção historiográfica parece ter-se transformado em arena de um conflito entre as duas. Basta-nos lembrar neste caso dois textos: um de François Dosse, *L'histoire et la guerre des mémoires* (2007), outro de Philippe Joutard, *Reconciliar história e memória?* (2007). Quisemos também deixar claro que nem subsumimos a memória na história, ou vice-versa, nem tampouco as entendemos como entidades completamente separadas uma da outra.

Apesar de não ser nossa intenção acrescentar mais um texto comemorativo a tantos já existentes, jamais poderemos eliminar, ou mesmo separar com rigor, história e memória no contexto de uma abordagem historiográfica como esta. Nosso tema apresenta-se, assim, ao mesmo tempo, como objeto de história e como lugar de comemoração – e de memória! Enquanto objeto de história, pertence à história da história sua análise no contexto da produção historiográfica que lhe é pertinente. Como objeto de comemoração, uma espécie de lugar simbólico da memória coletiva, compete às diferentes instâncias culturais recordá-lo, cabendo aí à mídia um lugar de destaque na atualidade.

Dessa forma, comemorar 1808 é tanto um exercício de recordação, em que a memória se incumbe de lembrar aspectos significativos dos acontecimentos de começos do século XIX, aspectos que não devem cair no esquecimento, como um objeto historiográfico cuja importância se revela através da investigação e da interpretação históricas acerca de sua natureza e significação. O difícil, neste caso, é assinalar com precisão os lugares que competem à memória e à história na idéia que hoje se faz daquele evento. Entre a crônica e o discurso histórico situam-se variadas mediações, daí a necessidade de marcar suas respectivas diferenças. A crônica, mais colada aos próprios acontecimentos, confere veracidade às construções da memória; o discurso histórico, apegado às variadas formas de fontes documentais, busca elaborar sua própria visão do objeto de comemoração, a partir, inclusive, da crítica rigorosa das próprias crônicas e de outros relatos contemporâneos.

Todavia, em tempos de comemorações ancoradas em determinadas datas e fatos, é sempre bastante difícil tentar separar em cada matéria produzida a respeito de um certo *evento fundador* o que pertence de fato à história e o que provém da elaboração memorial, mesmo porque é típico de tais matérias comemorativas a reivindicação comum de uma mesma pertença à história. Aliás, seria dos mais interessantes um trabalho de investigação que pudesse acompanhar, passo a passo, o surgimento das diferentes imagens, relatos, ditos populares, que

ajudaram a construir, aos poucos, a memória coletiva a respeito dos tempos de "D. João charuto".

História da história

A historiografia dos acontecimentos de 1808 caracteriza-se, de um ponto de vista bastante abrangente, pelo debate implícito ou explícito entre os historiadores de algumas posições e tendências mais gerais que, por assim dizer, permeiam os enfoques acerca do significado mais amplo da transferência da corte portuguesa para os seus domínios americanos. Apenas para exemplificar, lembremos dicotomias muito conhecidas, como continuidade e ruptura; conservadorismo e liberalismo; reação *versus* revolução; romantismo *versus* cientismo; ou, enfim, o choque interpretativo entre a ênfase historiadora, ora no espaço das experiências, ora, ao contrário, no horizonte de expectativas.

Escrever a história da história da chegada da corte portuguesa ao Brasil é uma tarefa impossível dentro dos parâmetros de um artigo como este. Afinal de contas, a historiografia brasileira dos séculos XIX e XX é pródiga em referências aos acontecimentos de 1808. A grande maioria dos historiadores refere-se à chegada de d. João: alguns se preocupam com a narração dos acontecimentos, outros preferem abordar as interpretações propostas para o evento, e, por último, há aqueles que dão prioridade ao significado da transferência da corte lusa. Existem, assim, narrativas francamente descritivas, ao lado de interpretações que ora privilegiam o significado mais ou menos imediato do evento, ora tentam situá-lo numa perspectiva de médio ou longo prazo em relação ao processo histórico brasileiro.

A fim de melhor percebermos os caminhos da produção historiográfica sobre o nosso tema, optamos por uma abordagem que considera quatro períodos ou *momentos historiográficos* sucessivos. Não se trata, porém, de uma periodização canônica. Iglésias, por exemplo,[12] propôs uma divisão em três momentos: o primeiro, de 1500 a 1838, correspondendo ao período colonial e ao princípio do nacional, compreenderia livros que são mais crônicas históricas do que história, ou seja, livros que são mais fontes do que obras elaboradas; o segundo, de 1838 a 1931, corresponderia à fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundamental para uma tomada de consciência nacional, com a pesquisa e publicação de séries documentais, e o desenvolvimento de um conceito de história que teve como ponto culminante a *História geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen; enfim, o terceiro, de 1931 aos dias atuais, teria como ponto de partida a reforma do ensino realizada por Francisco Campos. Como se poderá ver, a seguir, a diferença maior entre os *momentos* apontados refere-se ao período de 1870 a 1930, o qual, acreditamos, deve ser distinguido daquele que o antecede.

1 – A historiografia da época do romantismo – de começos do século XIX até mais ou menos 1870; 2 – A his-

toriografia cientificista e/ou historicista, de 1870, aproximadamente, até o final da década de 1920; 3 – A historiografia *modernista* dos novos *descobridores do Brasil*, de 1930 até 1945-1950; 4 – A historiografia *contemporânea*, de 1950 aos dias atuais. Convém observar, no entanto, que a referência a esses momentos visa apenas a situar os textos por nós selecionados na perspectiva mais ampla da história da história do Brasil, sem qualquer intuito de exaustividade quanto à produção historiográfica, inclusive em termos do tema que constitui nosso objeto atual de estudo.

Passemos então às características historiográficas desses dois primeiros momentos.

Dos começos do século XIX até 1870-1880 – Varnhagen

Ainda muito próximos dos acontecimentos de 1808-1821, cronistas, sobretudo estes, e alguns historiadores ativeram-se em geral a um tipo de narrativa factual, minuciosa, não raro pitoresca, acompanhada de uma ou outra reflexão a respeito do significado da mudança da corte. Crônicas, relatos de viajantes, relatórios consulares, correspondência diversa, constituem a base textual das variadas narrativas da instalação da corte joanina no Rio de Janeiro. Representam tais narrativas as primeiras formas então assumidas pela preocupação em oferecer aos leitores uma perspectiva suficientemente precisa e pormenorizada acerca dos comportamentos das principais personalidades, seu cotidiano, assim como a descrição das principais *circunstâncias* locais: a cidade, seus habitantes, composição social, costumes e hábitos os mais diversos, tipos de habitações, atividades econômicas, formas de convivência política e social.

ESTATUTOS
DO
INSTITUTO HISTORICO
E
GEOGRAPHICO BRASILEIRO,
INSTALLADO NO RIO DE JANEIRO
Em o dia 21 de Outubro de 1838,
SOB OS AUSPICIOS
DA SOCIEDADE AUXILIADORA
DA
INDUSTRIA NACIONAL.
DEBAIXO DA IMMEDIATA PROTECÇAÕ DE S. M. I.
O SENHOR D. PEDRO II.
Reformados em Assembléa geral de 10 de Novembro de 1839.

RIO DE JANEIRO,
1839. — TYPOGRAPHIA DE J. E. S. CABRAL,
IMPRESSOR DO INSTITUTO HIST. E GEOG. BRASILEIRO.
Rua do Hospicio n. 66.

***Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1839**

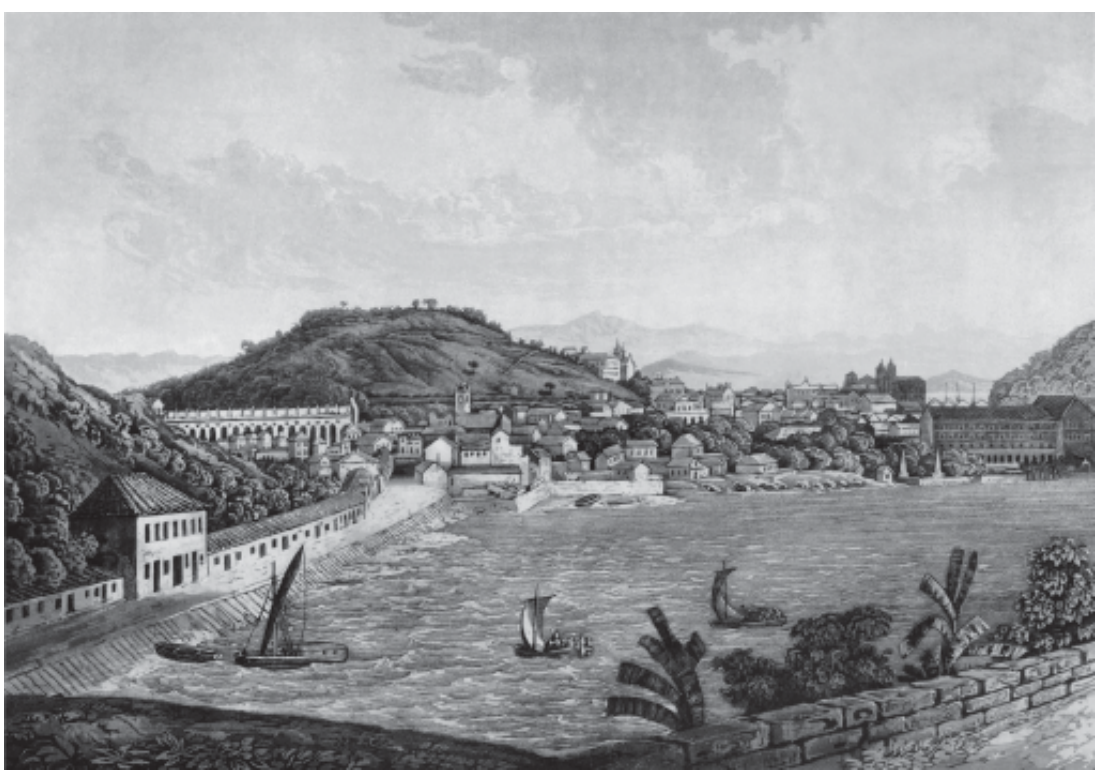
Destaca-se, em primeiro lugar, a *History of Brazil*, editada por

Robert Southey, entre 1810 e 1819,[13] bastante elogiada por Capistrano de Abreu e Oliveira Lima, em 1907, e analisada, em anos mais recentes, por Maria Odila da Silva Dias.[14] Dentre os que então escreveram diversas crônicas ou anais a respeito dos principais sucessos do período, merecem ser aqui lembrados: José da Silva Lisboa e Luís Gonçalves dos Santos, entre os cronistas,[15] e Pizarro e Araújo e Baltazar da Silva Lisboa, entre os autores de anais referentes ao Rio de Janeiro.[16]

A História geral do Brasil

Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), autor de numerosos trabalhos, tem, como obra principal, a *História geral do Brasil*, e, em segundo lugar, a *História da Independência do Brasil*, editada a primeira em 1854, em Madri, e em 1857 no Rio de Janeiro (2. ed. ampliada, Rio de Janeiro: Laemmert, 1877), e a segunda, postumamente, na *Revista do IHGB*, 1916, t. LXXIX (reeditada na mesma revista em 1938, v. 175).[17]

Contemporâneo da época do romantismo, tal como o foi também seu coetâneo, o historiador luso Alexandre Herculano, Varnhagen parece ter assimilado muito da estética romântica, especialmente em seus textos de cunho mais literário. Como historiador, Varnhagen aproxima-se metodologicamente da *escola histórica alemã*, de Humboldt e Ranke, quer dizer, do historicismo ou *historismo* em termos do que seria a epistemologia do conhecimento histórico presente em sua concepção do trabalho historiador,[18] o que não



Rio, visto, do morro da Glória. Maria Dundas Graham, *Journal of a voyage to Brazil*, 1824

o afasta, convém frisar-se, de muitos dos pressupostos românticos no plano ontológico. Tal como Ranke, tende a definir a história como um esforço de reconstituição integral do passado, a partir da fidelidade absoluta aos acontecimentos comprovados em fontes documentais fidedignas. Enfim, Varnhagen pode à primeira vista parecer um empirista *positivista*, da mesma forma que Ranke, mas, também neste caso, uma análise mais atenta permite-nos perceber que o seu *empirismo* não é de natureza filosófica – como o empirismo britânico –, mas apenas uma exigência metodológica em prol da pesquisa documental e da erudição tal como era então comum na historiografia romântica. Entretanto, como sublinhou Iglésias: "Pouco se interessou por outro aspecto inovador de então, a teoria, para fundamentar esforço do historiador, colocando-o além da narrativa, na busca da compreensão ou da interpretação."[19]

Convém aqui sublinhar a sua visão predominantemente política, ou seja, seu verdadeiro culto do Estado enquanto realização maior do espírito humano na história: "Saber identificar o momento concreto para atuar é tarefa do homem de Estado; orientá-lo, discernindo entre o emaranhado de acontecimentos o fio condutor da história, é tarefa do historiador".[20]

A Nação, o Estado e o Homem Brasileiro, eis as categorias do pensamento de Varnhagen postas em relevo por Odália.[21] Ora, ao colocar a monarquia absoluta portuguesa como personagem principal do processo político que, através do *descobrimento, colonização e estabelecimento da corte nos trópicos*, marca as origens do Estado e da nação brasileiros, Varnhagen constrói em perspectiva teleológica uma visão essencialmente branca e européia da história da colônia, na qual o Estado é força tutelar e instrumento da formação de uma nova nação.[22] Deriva destas premissas a perspectiva de continuidade, ou seja, o caráter não traumático da transição da situação de colônia ao estatuto de país independente.

Na opinião de Iglésias, Varnhagen foi um dos maiores trabalhadores da história do Brasil, "para cuja bibliografia contribuiu decisivamente, criando um modelo de síntese que seria muito adotado e repetido", isto é, os famosos *quadros de ferro de Varnhagen*, como os denominou Capistrano de Abreu.

Vejamos agora como Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro, apresenta o episódio da "transmigração da família real", na sua *História geral do Brasil*, seção L, intitulada "Chegada do príncipe ao Brasil. Sua administração".[23]

Logo ao início, Varnhagen, retomando o fio da narrativa iniciada na seção XLVIII, que culminara na partida da real família de Lisboa, já anuncia ao leitor a natureza de seu estado de espírito: "e já nos tarda o sair-lhes a todos ao encontro, e com os braços abertos se a ingenuidade da expressão não ofende a majestade".[24] A seguir, em relativamente poucas páginas, Varnhagen condensa algumas das idéias mais constantes e profundas de

sua visão da história do Brasil. Primeiro, o tom de admiração respeitosa pela tradição monárquica lusa cuja continuidade a transferência da corte para o Brasil parece assegurar. Afirma, então: "E em verdade o senhor D. João foi, se não o primeiro imperador, pelo menos o *primeiro a proclamar a idéia de fundar no Brasil um novo império*".[25]

Preocupa-se Varnhagen menos com os acidentes e peripécias da chegada da comitiva régia – tão do agrado dos cronistas e dos amantes da *petite histoire* e seus episódios anedóticos, até os nossos dias – e muito mais com as realizações do governo de d. João e seus ministros, sublinhando sempre o sentido de tudo que foi construído na nova metrópole como preparação daquilo que já estaria inscrito na lógica da administração portuguesa: o caminho necessário e inevitável para a constituição da futura nação independente. Em poucas páginas, nosso historiador desenvolve a idéia principal de sua interpretação da história do Brasil: a da continuidade entre a Colônia e o Estado imperial e, conseqüentemente, o papel já predeterminado historicamente que desempenha a *transmigração da família real* lusa para o Brasil.[26]

A historiografia cientificista

Os historiadores, a partir da década de 1870, tendem a assumir uma perspectiva mais crítica, menos áulica talvez, acerca do percurso histórico correspondente à formação colonial e ao Estado imperial. As preocupações maiores têm a ver não só com a construção do próprio Estado e a formação da nação, mas, principalmente, com a natureza social de um e outro, tendo em vista uma dupla hipoteca: da escravidão negra e das relações com as populações indígenas. Infelizmente, o excelente texto de Iglésias interrompe-se neste ponto. Um título bastante vago – "Além Varnhagen" – anuncia a parte que se segue, brilhante em vários momentos, sem dúvida, mas sem aquela tessitura que com toda certeza gostaria de ter produzido como quadro de referência das relações entre as obras dos diversos autores que vão a seguir expostos, cada um de *per si*.

Coube a Capistrano de Abreu, num duplo sentido, como continuação e como visão crítica, liderar a sucessão de Varnhagen. Ao lugar-comum da continuidade, iria ele opor a perspectiva da ruptura, mas, sobretudo, à visão historiadora voltada para fora, estabeleceu ele uma visão contrária, direcionada para dentro, para o interior, o *sertão*, introduzindo com força no discurso histórico o papel da geografia e o peso da presença do índio durante o processo de exploração e conquista das imensas extensões interioranas. Trata-se então de uma história bastante distinta daquela escrita por Varnhagen, tanto em sua temática quanto na forma de abordagem.

No contexto social e intelectual que caracteriza a produção historiográfica do período de 1870-80 a 1930-31, as narrativas e avaliações da transferência da corte portuguesa para o Brasil tendem a interessar-se menos pelos pormenores históricos da chegada e estabelecimento da família real e mais pela inter-

pretação do seu significado, quer dizer, do sentido que as transformações então desencadeadas deram ao processo de independência política e à estruturação política e social do Império. Muitos deles, aliás, contemporâneos da queda do Império e dos primeiros anos da República, tentam perceber nos acontecimentos de 1808 algumas hipóteses explicativas dos próprios rumos da história do Brasil ao longo do século XIX. Pode-se então afirmar que, paralelamente ao lento trabalho de construção da memória de 1808, as interpretações históricas, tanto aquelas produzidas por historiadores como as que foram escritas por outros tipos de intelectuais – literatos, sociólogos, políticos –, tendem a incluir em suas avaliações do período de d. João VI no Brasil suas próprias inclinações e preocupações presentistas, monarquistas ou republicanas. Mas foi também ao longo desse período, provavelmente, que ganharam seus lugares na memória coletiva de 1808 alguns dos temas e ícones mais identificados, em termos do senso comum, com fatos e pessoas da época joanina em terras brasileiras.

João Capistrano de Abreu (1853-1927)

Trata-se por excelência de um historiador do período colonial, isto é, do *Brasil-colônia* (com perdão dos caçadores de anacronismos de plantão). Dois de seus textos fundamentais, *Capítulos de história colonial* e *Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*,[27] não se preocupam, como nos parece lógico, com os eventos de 1808 nem tampouco com o processo de independência. No último capítulo do primeiro dos livros citados, significativamente intitulado "Três séculos depois", Capistrano escreveu:

> Vida social não existia, porque não havia sociedade; questões públicas tampouco interessavam e mesmo não se conheciam: quando muito sabem se há paz ou guerra, assegura Lindley.[28] É mesmo duvidoso se sentiam, não uma consciência nacional, mas ao menos capitanial, embora usassem tratar-se de patrício e paisano. Um ou outro leitor de livro estrangeiro podia falar na possibilidade da independência futura, principalmente depois de fundada a república dos Estados Unidos da América do Norte e divulgada a fraqueza lastimável de Portugal.
>
> Não se inquiria, porém, o meio de conseguir tal independência vagamente conhecida, tão avessa à índole do povo a questões práticas e concretas. Preferiam divagar sobre o que se faria depois de conquistá-la por um modo qualquer, por uma série de sucessos imprevistos, como afinal sucedeu. Sempre a mesma mandriice intelectual de Bequimão e dos Mascates![29]

Que nos desculpem essa citação um tanto longa. Acreditamos, porém, que ela é bastante ilustrativa de alguns dos pontos essenciais que marcam a revisão crítica dos "quadros de ferro" de Varnhagen levada a cabo por Capistrano de Abreu. Representou este último, de fato, uma verdadeira mutação historiográfica, pois, agora, em lugar da continuidade, havia ruptura, em

vez da teleologia do Estado, a formação da nação se desloca da esfera político-administrativa e do protagonismo da monarquia absoluta metropolitana para o campo social e econômico: é o povoamento, a dimensão espacial ou geográfica da conquista e ocupação do território – as explorações, os caminhos antigos. A nação surge assim como muito variada regionalmente, tendo como pano de fundo aquele *sertão* ignorado até então pela historiografia. Ao passar, conforme expressão sua, de uma *história externa* para uma *história interna*, Capistrano irá pôr em destaque a importância do elemento indígena na constituição do povo brasileiro, em oposição à nação branca e européia entrevista por Varnhagen.[30]

Como já se poderia antecipar a partir da leitura do parágrafo final do texto anteriormente citado, Capistrano atribui a *sucessos imprevistos* a conquista da independência política. Em seus *Ensaios e estudos*, 2ª série,[31] encontra-se um artigo intitulado "28 de janeiro", publicado no *Jornal do Commercio* de 28 de janeiro de 1908, em comemoração ao 1º Centenário da Abertura dos Portos. Nesse artigo, Capistrano faz um longo retrospecto dos principais acontecimentos europeus desde a reunião dos Estados Gerais em Versalhes, em maio de 1789. A seguir, aborda os acontecimentos ibéricos com atenção especial à correspondência entre o príncipe regente d. João e Napoleão Bonaparte, imperador dos franceses. Na realidade, Capistrano privilegia a exposição dos fatos que caracterizam a difícil situação da corte portuguesa, pressionada pelas ameaças francesas e britânicas. Daí então, em breves palavras, a partida da corte para o Brasil, em 29 de novembro, e a chegada à cidade do Salvador, Bahia, em 22 de janeiro de 1808. Finalmente, alguns comentários à carta régia de 28 de janeiro que abriu os portos do Brasil ao comércio das *nações amigas.* Até onde podemos perceber, Capistrano se mostra mais propenso a atribuir a decisão régia a antigas e reiteradas pressões britânicas, agora verbalizadas por lord Strangford, e, quanto ao mais, limita-se a transcrever um manuscrito de Tomás Antônio de Vila Nova Portugal, no qual consta que José da Silva Lisboa e Antônio da Silva Lisboa teriam convencido o ministro de Estado d. Fernando José de Portugal da importância de "fazer assinar por El-Rei o decreto para abrir todos os portos do Brasil às nações estrangeiras".[32]

Além dos trabalhos produzidos por Capistrano de Abreu, observa-se, ao longo do mesmo período citado, que continuaram a aparecer obras escritas no velho estilo, isto é, crônicas e anais, bem como se pode notar a presença de alguns autores que cultivam um certo eruditismo, não raro mais aparente que real. Tal seria, por exemplo, o caso dos textos produzidos por João Manuel Pereira da Silva e por Alexandre José de Melo Morais, pai e filho.[33] Segundo Iglésias, na linha erudita cabem os maiores louros aos estudiosos regionais, como, apenas para exemplificar, João Francisco Lisboa.[34] Ainda devem ser citados, na impossibilidade de aqui analisá-

los, historiadores como Joaquim Caetano da Silva, Gottfried H. Handelmann, Candido Mendes de Almeida, Joaquim Norberto de Sousa e Silva, João Coelho Gomes, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, e, especialmente, Manoel Bomfim.[35] Mencionamos estes nomes apenas para que se tenha uma visão da variedade de textos históricos que foram produzidos à época de Capistrano. Não consta que tenham ido além de uma consolidação das narrativas e interpretações a respeito de 1808. Outra coisa, porém, seria a análise teórica de seus respectivos discursos.

A culminação de um século de história e memória: M. de Oliveira Lima (1867-1928)

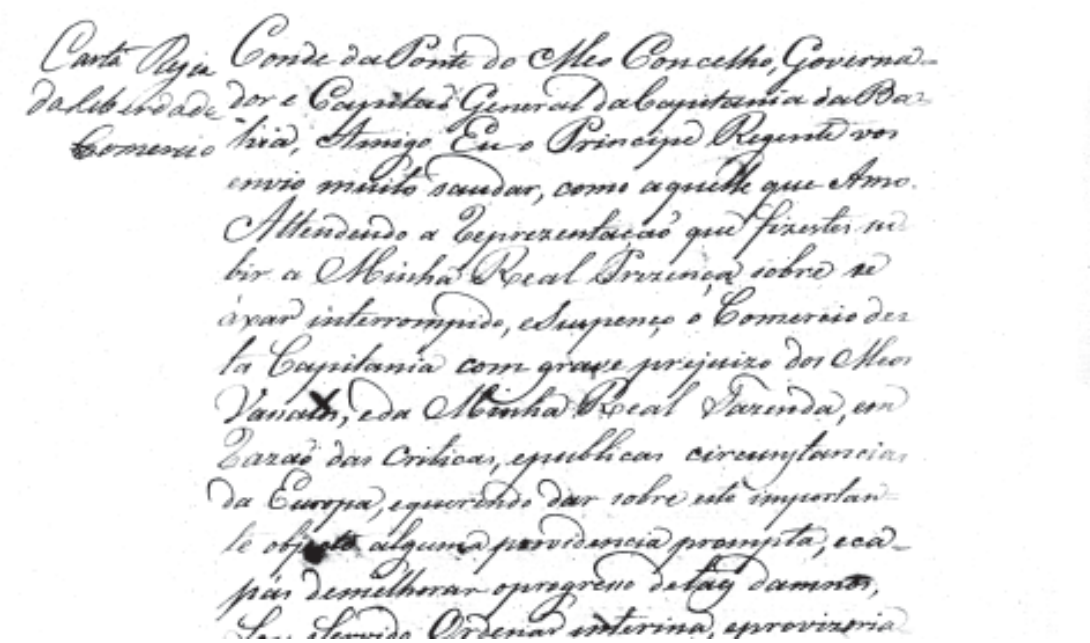
Entre intelectuais significativos de fins do século XIX e começos do XX, a exemplo de Joaquim Nabuco, Eduardo Prado, Silvio Romero e Euclides da Cunha, preferimos fixar-nos naquele que mais de perto abordou o tema que de fato nos interessa, d. João VI no Brasil – o historiador e diplomata Oliveira Lima.[36] Sua preocupação maior foi sempre com a *formação histórica da nacionalidade brasileira*,[37] sublinhando o surgimento precoce de um ideal nacionalista, já no século XVI, e o papel dos movimentos nativistas, especialmente a resistência pernambucana às invasões holandesas.[38] Na biografia intelectual que dele elaborou, Gilberto Freyre chamou-o de "Oliveira Lima, Don Quixote Gordo".[39] Segundo o juízo de Iglésias, Oliveira Lima representa uma outra fase na historiografia brasileira, ao superar a crônica e a erudição vazia de senso crítico. Capistrano o considerava um tanto superficial, e é verdade que suas principais referências eram os seus amigos europeus ou europeizados. Seja como for, pesquisou e escreveu muito. Brigou também ou desentendeu-se com colegas de carreira e com historiadores

Recibo de carga do brigue escuna Aurora, Salvador, 10 de março de 1818

em função da sua facilidade em criticar e polemizar.

A obra *D. João VI no Brasil* caiu sob medida na comemoração do primeiro centenário da chegada da família real e da corte portuguesa ao Brasil. Contra os detratores da personalidade do príncipe d. João, as críticas ao parasitismo da corte, e as ironias sobre as querelas intermináveis entre anglófilos e francófilos, Oliveira Lima optou pela análise o mais objetiva possível, no seu entender, da documentação farta e arduamente pesquisada em acervos europeus e norte-americanos. Assim, relativizando aqui e ali, contrapondo sempre à *petite histoire* o balanço minucioso das realizações, com ênfase na preparação das condições de possibilidade do processo de independência, Oliveira Lima de certa maneira cristalizou uma visão positiva das principais personagens e ações mais diretamente associadas às grandes transformações da ex-colônia. Ao pretender ser apenas um historiador bem informado e isento, Oliveira Lima desenhou e fixou as linhas mestras de uma imagem que consagrava em seus aspectos mais positivos a época de d. João, elevando-a à categoria de lugar simbólico por excelência da própria memória nacional.[40]

Ao buscar o refúgio do Brasil, onde fundou (ou refundou) seu governo, d. João colocou o imenso oceano entre ele e Napoleão. Custou-lhe muito deixar Portugal, embora não tenha sido realmente uma fuga, mas, sim, uma inteligente estratégia de sobrevivência. "Fundador da nacionalidade brasileira", como tido na


Carta Regia da Liberdade Comercio

Conde da Ponte do Meo Concelho, Governador e Capitaõ General da Capitania da Bahia, Amigo Eu o Principe Regente vos envio muito saudar, como aquelle que Amo. Attendendo a Reprezentaçaõ que fizestes subir a Minha Real Prezença sobre se áxar interrompido, e Suspenço o Comercio desta Capitania com grave prejuizo dos Meos Vassalos, e da Minha Real Fazenda, em razaõ das Criticas, e publicas circunstancias da Europa, e querendo dar sobre este importante objecto alguma providencia prompta, e capás de melhorar o progresso de tais damnos, Sou Servido Ordenar interina, e provizoria

Registro da abertura dos portos brasileiros ao comércio exterior, Salvador, 29 de janeiro de 1808

República, d. João foi alvo de uma simpatia coletiva, impulsiva e sincera. Mesmo a partir de 1820, quando a revolução liberal portuguesa agitava seus partidários em vários pontos da terra brasílica, os virulentos panfletos, publicados no Rio de Janeiro, tendiam a poupar o monarca e não empregavam a seu respeito senão expressões de amizade e de veneração.

> A crítica histórica não faz senão fortalecer hoje uma feliz intuição nacional... Como é que o bom senso ou, antes, o bom gosto da posteridade não haveria de descobrir, sob o exagero das caricaturas grotescas, que os publicistas interessados parciais têm esboçado, os traços verídicos de sagacidade e de bondade.[41]

Fomos buscar todas essas avaliações críticas acerca de d. João e sua época em outro dos textos de Oliveira Lima, desta vez de síntese, onde de maneira mais concisa ele refuta antigas versões e descaracteriza velhas caricaturas. É assim, prossegue o nosso historiador, que

> Numerosas anedotas burlescas, e mesmo brejeiras, muito raramente autênticas, correm mundo a respeito desse soberano, que nossos pais menoscabavam um pouco, por causa das histórias que tinham ouvido contar por nossos avós, mais sensíveis aos ridículos das aparências que ao valor dos resultados. Faltava-lhe realmente uma qualidade: a firmeza, e vós sabeis que a zombaria persegue facilmente aos fracos.[42]

Longa em demasia seria a análise dos trinta capítulos em que se estrutura o grande livro de Oliveira Lima, desde "A partida" até "A desilusão do regresso". Ao longo de suas 790 páginas desenvolve-se a narrativa minuciosa e precisa de uma época decisiva da história do Brasil. Assim, somente a título de amostra, veja-se como o autor distingue os motivos imediatos do embarque – "a conselho do governo britânico e escoltadas as suas naus por navios britânicos –, e os de natureza mediata: "uma inteligente e feliz manobra política e não uma deserção covarde", manobra esta que já estava, há muito tempo, presente no horizonte de possibilidades da monarquia lusa em caso de grave ameaça à sua sobrevivência.

Estilo narrativo e descritivo, mais voltado para as questões políticas, diplomáticas e militares, assim como para as intrigas palacianas, Oliveira Lima não deixou de dedicar capítulos preciosos à justiça, aos índios, à cultura, à revolução de 1817 em Pernambuco, e assim por diante.

Breves indicações, sumárias apreciações. Na verdade, o grande livro de Oliveira Lima não poderia ser aqui resumido de modo apropriado. Trata-se de texto extremamente denso, trabalhado com rigor documental, no qual o autor buscou reconstituir a totalidade de um processo complexo e dos mais ricos em sua diversidade de aspectos. Algo que não fora tentado até então e que não seria ultrapassado até os dias de hoje. Um clássico da historiografia nacional, segundo Wilson Martins, igualmente apreciado por Gilberto Freyre, José Veríssimo e Octavio Tarquínio de Souza.[43]

A obra historiográfica de Oliveira Lima situa-se a meio caminho de um período que, como já anunciamos, tem Capistrano de Abreu como sua figura exponencial. A produção historiográfica de tal período abrange contribuições não só, ou não tanto, de historiadores propriamente ditos como de outros intelectuais pertencentes a variadas especializações no campo das humanidades, alguns mais chegados à perspectiva historiográfica de Capistrano, outros dele distanciados ou mesmo em franca oposição. Note-se que não se trata aqui de amizades ou laços pessoais, que, de fato, existiram em muitos casos, mas da afinidade maior ou menor com uma certa maneira de escrever história, fora das preocupações hegemônicas da política e dos fastos militares. Uma outra maneira, portanto, de abordar o problema da nação e do povo brasileiros. Tais seriam assim os casos de Joaquim Nabuco, Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alfredo de Carvalho, Nina Rodrigues, Manoel Bomfim, João Ribeiro, entre os principais.[44]

Conclusão parcial

O entorno de 1930 é sempre um território minado para o historiador. Todavia, é impossível evitá-lo. Ainda que se relegue a Revolução de 1930 a uma espécie de pano de fundo, não se pode ignorar que, um pouco antes, um pouco após aquele ano, vários fatos marcam o processo historiográfico brasileiro: 1927 é o ano da morte de J. Capistrano de Abreu; 1931 é a Reforma Francisco Campos; 1933 são os primeiros trabalhos realmente inovadores de Caio Prado Júnior e de Gilberto Freyre, logo seguidos por *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1936).

N O T A S

1. SILVA DIAS, Maria Odila Leite. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 7-37.
2. NORA, Pierre et al. *Les lieux de mémoire*. v. I: La Republique. Paris: Gallimard, 1984. p. XIV.
3. ANKERSMIT, F. R. Commemoration and national identity. *Textos de História* – Memória, Identidade e Historiografia. Brasília: UnB, v. 10, n. 1-2, p. 16-18, 2002.
4. HOBSBAWM, E. W. The historian between the quest for the universal and the quest for identity. *Diógenes*, n. 168, 1994. p. 51-64.
5. CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001, p. 16-17, numa referência, também, a M. Halbwachs, *La mémoire colletive*. Paris: Albin Michel, 1997.
6. ibidem, p. 17, numa citação de P. Ricoeur, Entre mémoire et histoire, *Projet*, n. 248, 1996-1997.
7. ibidem. p. 20-21.

8. ibidem. p. 21 e 49.
9. TODOROV, T. *Les abus de la mémoire*. Paris: Arléa, 1995.
10. NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*, v. III. Paris: Gallimard, 1992.
11. CATROGA, F. op. cit. p. 44, 49.
12. IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 23-24.
13. SOUTHEY, Robert. *History of Brazil*, 1810, 1817, 1819. 3 v.
14. SILVA DIAS, Maria Odila da. *O fardo do homem branco*: Southey, historiador do Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1974.
15. Como exemplos de historiografia do princípio do século XIX, podem ser referidos: José da Silva Lisboa, o qual, como cronista, escreveu: *Memória dos benefícios políticos do governo de el-rei nosso senhor d. João VI* (1818) e *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil* (1830); Luís Gonçalves dos Santos, *Memórias para servir à história do Reino do Brasil, divididas em três épocas de felicidade, honra e glória*, escritas no Rio, em 1821, e publicadas em Lisboa, em 1825; Cf. IGLÉSIAS. op. cit. p. 51.
16. Pizarro e Araújo escreveu e editou em nove tomos as *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas...*, em 1820-22; Baltazar da Silva Lisboa, autor dos *Anais do Rio de Janeiro*, em sete volumes, publicados entre 1834 e 1835.
17. ODÁLIA, Nilo (org.). *Varnhagen*. São Paulo: Ática, 1979. Cf. às páginas 24-30 uma bibliografia parcial de Varnhagen. No presente trabalho utilizamos a nona edição integral, em 5 tomos reunidos em 3 volumes, revista e anotada pelo prof. Helio Vianna. São Paulo: Melhoramentos, 1978. Todas as citações que se seguem referem-se a esta última edição.
18. WEHLING, Arno. *Estado, história, memória*: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 60-66.
19. IGLÉSIAS, Francisco. op. cit. p. 72.
20. WEHLING, Arno. op. cit. p. 74.
21. ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo*: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Unesp, 1997. p. 31-42.
22. ibidem. p. 25-27 e 45-47.
23. VARNHAGEN, F. A. de. *História geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1978. v. 3.
24. ibidem. p. 89.
25. ibidem. p. 90.
26. ibidem. p. 89-110.
27. ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial* e *Os Caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 1982.
28. LINDLEY, Thomas. *Narrative of a voyage do Brazil*, London, 1905, p. 275, apud ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. op. cit. p. 196-197.
29. ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial*, capítulo 11. p. 199-200.
30. ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo*. p. 14-17.
31. ABREU, J. Capistrano de. *Ensaios e estudos* (Crítica e história), 2ª série. Rio de Janeiro; Brasília: Civilização Brasileira; INL, 1976. p. 41-60.
32. ibidem. p. 59-60.
33. Esses autores e suas respectivas obras vão citados por F. Iglesias, op. cit., às páginas 96 e 97. São escritores "de larga produção, mas de reduzido alcance, por vícios de várias espécies".
34. IGLÉSIAS, F. op. cit. p. 97-98.
35. ibidem. p. 98-117.
36. LIMA, M. de Oliveira. *D. João VI no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. Prefácio de Wilson Martins. Segundo Iglesias, op. cit. p. 135-138, Oliveira Lima publicou muitos volumes, todos de história ou de viagens, porém o mais importante deles é o *D.*

João VI no Brasil, acusado como responsável pelo culto do período, sendo certo, no entanto, que "o texto é grandioso..., o mais importante até hoje sobre período decisivo da trajetória nacional".

37. LIMA, M. de Oliveira. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. Prefácios de Gilberto Freyre, José Veríssimo e M. E. Martinenche. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997 (ed. original em francês, 1911).

38. ibidem. p. 151-169. Na página 156 o autor insere citação de Euclides da Cunha que resume a interpretação deste último sobre as circunstâncias que explicam e justificam as características de d. João VI como o homem absolutamente necessário ao meio e ao momento histórico do Brasil.

39. FREYRE, Gilberto. Prefácio da edição brasileira da *Formação histórica da nacionalidade brasileira*, de M. de Oliveira Lima, 1944.

40. O texto de Oliveira Lima demonstra, na prática, até que ponto se confundem, no esforço de reconstituição de um certo passado, História e Memória. Daí decorre provavelmente o conflito das interpretações/avaliações, entre os historiadores, a respeito da obra magna do referido historiador.

41. LIMA, M de Oliveira, *D. João VI no Brasil*, capítulos 1, 2 e 3.

42. ibidem, p. 159 e ss. (Emancipação intelectual); p. 271 e ss. (O tráfico de escravos); p. 465 e ss. (Administração e justiça: os interesses agrícolas e industriais); p. 487 e ss. (O tratamento dos índios).

43. IGLÉSIAS, F. op. cit. p. 135-141; LIMA, M. de Oliveira, *Formação histórica da nacionalidade brasileira*, p. 151-169.

44. IGLÉSIAS, F. op. cit. p. 142-179.

Recebido em 11/12/2007
Aprovado em 27/12/2007